



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Trabalho Profissional.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES ACERCA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

JAQUELINE AZEVEDO BRUM¹
LENILSE DE SOUZA COIMBRA²

Resumo: O artigo aborda o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação Superior no âmbito da Universidade Federal Fluminense, campus Niterói, a partir da segunda metade dos anos 2000 em um contexto de reconfiguração do sistema educacional brasileiro. O estudo está fundamentado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo que possibilitou refletir sobre os aspectos, desafios e perspectivas do trabalho desses profissionais.

Palavras-chave: Política de Educação Superior; Serviço Social; Trabalho Profissional.

Abstract: The paper discusses the work of social workers in Higher Education Policy at the Fluminense Federal University, campus Niterói, from the second half of 2000 on, taking into account Brazilian education Policy Reform. The paper is based on a bibliography, documental and field research, which enabled a reflection on the aspects, challenges and perspectives of those professionals' work.

Keywords: Higher Education Policy; Social Work; Professional Work.

1 – INTRODUÇÃO

O artigo apresenta as particularidades do trabalho de assistentes sociais que atuam na Política de Educação superior na UFF, campus de Niterói, que mediado por mecanismos capitalistas, incorporados pela dinâmica institucional e determinante à forma de gerir, incide diretamente no exercício profissional dessa categoria. A partir da compreensão desse processo regido pelo capital e em decorrência deste, identificamos no âmbito institucional, alguns elementos que dificultam a efetivação do trabalho dos assistentes sociais na política educacional superior em uma perspectiva emancipatória. O texto está dividido em três partes: **i)** breve histórico da política de educação brasileira (1889 a

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <jaquelinebrum@id.uff.br>

² Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

1990) e a sua reconfiguração, com ênfase no ensino superior (1990 a 2017); **ii)** os aspectos que determinam o trabalho dos assistentes sociais na política de educação superior no âmbito da UFF; **iii)** os limites e as perspectivas do trabalho profissional.

2 – A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

O processo histórico da política de educação no Brasil revela as mudanças sofridas nessa área. Nosella (1997), destaca as principais características da política educacional no país desde o período republicano a 1990 em diante:

- I. A escola republicana (1889 a 1930) – a educação não era universal devido às formas produtivas extrativistas e arcaicas não exigirem uma massa trabalhadora qualificada;
- II. A escola populista e corporativa (1930 a 1990) – democratização do acesso da força de trabalho à educação, todavia desprovida de um ensino qualificado;
- III. A escola do final do século XX (1990) – a educação no contexto do neoliberalismo.

Nesse processo histórico, destacamos no período de 1930 a 1990, a reforma educacional do regime ditatorial a partir do desenvolvimento do capitalismo no país. Essa reforma fundamentou-se nas propostas de expansão do acesso à educação e de qualificação da classe trabalhadora com o objetivo de acelerar o crescimento econômico.

Um exame da política de educação básica e superior no período compreendido entre 1968 e 1978, revela que a partir das reformas impostas pela ditadura militar (a universitária em 1968 e do 1º e 2º graus em 1971), a função social da educação assumiu o papel de formar recursos humanos³ para

³ O autor adota o conceito da teoria do capital humano elaborado por Theodoro Schultz na fase áurea do padrão fordista. Para Frigotto (1997), em última análise, essa teoria explica a não efetiva generalização do fordismo no seu ápice, para tanto o investimento em “capital humano” foi a alavanca para resolver a questão do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais.

o mercado de trabalho (FRIGOTTO, 2005, p. 3). Essa inversão da função social e cultural da educação básica, demarcada na ditadura militar, iniciou o “descalabro da inversão da universidade pública” (FRIGOTTO, 2005, p. 3).

Os anos de 1990 foram um marco na reconfiguração das reformas educacionais anteriores (1968 e 1971) com o surgimento de expressões ideológicas-políticas “qualidade total, sociedade do conhecimento, educar por competência e para a competitividade, empregabilidade, cidadão ou trabalhador produtivo etc” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p 58).

Ainda na década de 1990, observamos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996, a introdução de alterações na política educacional brasileira com foco na produtividade, na competitividade, na rentabilidade e na flexibilização por meio de uma formação aligeirada (cursos à distância, sequenciais⁴ e tecnológicos) a serviço do mercado.

Nesse processo histórico da política educacional brasileira, ressalta-se a ação combinada entre a desresponsabilização do Estado e a ação dos organismos transnacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobretudo o Banco Mundial) que ao elegerem essa política assumem todo o processo da sua materialização com vultoso retorno financeiro.

Desse modo, as alterações sofridas no desenvolvimento da política educacional brasileira, permitiram configurações a partir das transformações societárias mundialmente estabelecidas e de determinantes econômicos, políticos, ideológicos e culturais particulares da formação social brasileira.

2.1 – Política de educação superior brasileira

⁴Revogado em 2017, os cursos sequenciais de formação específica com diploma e duração de dois anos (alternativa aos cursos de graduação). Os cursos sequenciais complementares aos cursos de graduação com certificado superior, oferta certificados a graduandos, graduados e inclusive aqueles que iniciaram curso de graduação ainda que não concluído.

No final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), teve início o processo de reconfiguração do ensino superior expresso:

- I. Na expansão do ensino privado manifesta principalmente no ensino não universitário desprovido de pesquisa e extensão e nos cursos aligeirados (sequenciais e à distância) com certificação em larga escala. Segundo Censo da Educação Superior 2002, houve ingresso de 1.090.854, (77%) nas instituições privadas de ensino superior enquanto nas instituições públicas 320.354, (23%);
- II. Na privatização interna das instituições públicas com a venda de serviços educacionais e a oferta de cursos pagos, especialmente os de *lato sensu*, bem como os de mestrados profissionalizantes em parcerias com empresas públicas e privadas; na ideia de extensão universitária convertida em cursos de curta duração e no estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas por meio de realização de cursos, consultorias e assessorias viabilizadas através de fundações de direito privado. (LIMA, 2012, p. 8)

Segundo Lima (2012), o Plano Nacional de Educação (2001-2010), com vetos presidenciais apoiado no discurso de possíveis impactos na Lei de Responsabilidade Fiscal, alteraram ou ampliaram os recursos financeiros para a educação que se desdobrou nessa expansão do ensino privado e na privatização interna das instituições públicas.

Em 2003, as ações educacionais de nível superior implementadas no governo Luís Inácio Lula da Silva expressaram a continuidade e o aprofundamento da lógica mercantil educacional. O acirramento na configuração da política educacional manifestou-se:

- I. Nos programas Universidade para Todos (PROUNI) Lei n. 11.096 de 2005, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) Lei n. 10.260 de

- 2001 e Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁵ Decreto nº 6.096 de 2007;
- II. Na intensificação da privatização interna das instituições de ensino superior públicas em prol da “democratização” do acesso à educação;
 - III. No Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), medida similar ao Provão (1996-2002) de avaliação do ensino superior;
 - IV. Na modalidade da educação à distância regulamentada pela Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). (LIMA, 2012, p 11-14)

Com os programas PROUNI e FIES houve uma expansão das instituições privadas acompanhada de isenção fiscal. Em 2003, dos 16.453 cursos de graduação na modalidade presencial no Brasil, 10.791 (65,6%) eram de instituições privadas e 5.662 (34,4%) públicas. Ao final do primeiro governo Lula (2006), eram 22.101 cursos de graduação presenciais, sendo 15.552 de instituições privadas e 6.549 de instituições públicas (BRASIL, MEC/INEP, 2003 e 2007).

Já a expansão do REUNI foi tímida quando comparada as instituições privadas. Um ano após a instituição desse programa (2008), havia 24.719 cursos de graduação na modalidade presencial. As instituições privadas totalizavam 17.947 e as públicas, 6.772 cursos. Nesse mesmo ano (2008), se compararmos o número de vagas ofertadas pelas instituições de ensino superior privadas e públicas, do total de 2.985.137, as instituições privadas ofertaram 2.641.099 e as instituições públicas 344.038 (BRASIL, MEC/INEP, 2008). Em 2014, 78,5% de vagas novas ofertadas, a rede privada concentrou a maior parte 71,2%, mais de 7 a cada 10 vagas novas (BRASIL, MEC/INEP, 2014).

⁵ Segundo Pinto (2012), as universidades federais a partir da implementação do REUNI passam a ser regidas por contrato de gestão, onde parte do orçamento está atrelada ao cumprimento de metas, definidas e estipuladas fora da instituição.

De igual modo, a ação reguladora e avaliativa do Estado por meio do SINAES e a modalidade do ensino à distância configuram outra dimensão da mercantilização da educação.

Posteriormente, no governo Dilma Rousseff (2011-2016), essas ações prevaleceram e foram aprofundadas expressas no Projeto de Lei nº 8.035/10 sobre o PNE 2011-2020 (2014-2024)⁶. (LIMA, 2012, p. 643).

Segundo Pereira, Souza e Ferreira (2017), nesse PNE 2014-2024 os processos de fusões e aquisições de empresas privadas educacionais, a exemplo a empresa Kroton⁷, e a oferta de cursos na modalidade de educação à distância para pós-graduação *stricto sensu* foram ampliados.

As medidas adotadas no governo Temer (2016-2018), no campo educacional, dizem respeito à reforma do ensino médio com currículo flexível compatível à política de desenvolvimento econômico e à Emenda Constitucional 95 de congelamento por vinte anos de recursos financeiros destinados à educação justificado na retomada do crescimento econômico.

Esse conjunto de elementos ofensivo à política educacional brasileira atravessa os espaços profissionais de assistentes sociais e dão a dimensão do seu trabalho na política de educação superior.

3 – ASPECTOS DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – UFF/NITERÓI

A política educacional brasileira vem historicamente se afinando cada vez mais às propostas dos grandes oligopólios financeiros internacionais cuja bandeira é que o desenvolvimento econômico de um país se dá por meio da educação.

Nesse processo, a política de educação vem sofrendo alterações, cada vez mais flexível, inerentes à dinâmica de acumulação do capital.

⁶A tramitação deste Plano Nacional de Educação se estendeu por três anos e meio, tendo sido aprovado em junho de 2014, culminando no decênio 2014-2024.

⁷Considerada maior empresa brasileira do mundo no ramo da educação. Adquiriu as instituições de ensino UNOPAR, UNIDERP, Anhanguera, UNIME, FAMA, LFG e UNIC. Disponível em: www.kroton.com.br Acesso em 18 de maio de 2018.

Para além dessa subordinação da política de educação superior aos interesses do capital e em decorrência desta, consideraremos as particularidades da UFF – editais de concursos para assistente social⁸ e perfil profissional – para refletirmos sobre o trabalho dos assistentes sociais que atuam na política de educação superior nesse âmbito institucional.

3.1 – Serviço social na política de educação superior na UFF: história recente e forma de organização.

Segundo a Coordenação de Pessoal Técnico Administrativo da UFF, identificamos que após a realização de concurso para assistente social em 1994, a UFF abriu novo concurso para essa categoria profissional somente após dez anos (2004). Ao passo que durante o período de vigência do programa REUNI, a UFF realizou três concursos para assistentes sociais em um período de cinco anos (2008, 2010, 2013).

Nota-se que a ampla convocação de assistentes sociais pela UFF possui relação com a implementação do REUNI nessa instituição (2008) e com o ingresso de camadas empobrecidas nas universidades federais.

Outro dado diz respeito aos três últimos editais de concursos da UFF (2008, 2010, 2013). Ao analisarmos esses documentos, observamos que as atribuições do cargo para assistentes sociais se deram sob dois determinantes:

- I. Serviço Social como parte não integrante do sistema educacional da UFF – execução de ações nas áreas de recurso humano e saúde (editais 2008 e 2010);
- II. Atuação profissional no âmbito da execução, bem como nos âmbitos do planejamento, da coordenação, da avaliação e da assessoria na área da educação e outras áreas (edital 2013).

Com base nessas informações, observamos, no primeiro item, que os profissionais de serviço social foram requisitados pela UFF para desenvolver

⁸ Não identificamos documentos na UFF que dispõem sobre o trabalho de assistente social na política de educação superior.

atividades relacionadas a áreas distintas da política de educação superior⁹, apesar de registro de experiência profissional pontual na Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social (ESS) em Niterói (1999) legitimar a importância da atuação de assistentes sociais na política de educação superior¹⁰.

Em 2008, também identificamos atuação de assistentes sociais, com vínculos temporários, no setor da Coordenação de Estágio da ESS, substituídas em 2009 por outras profissionais concursadas. Vale ressaltar que a substituição do vínculo precário pelo vínculo efetivo, significou um avanço exposto na continuidade de desenvolvimento de ações voltadas para a qualidade na formação profissional dos estudantes em uma perspectiva educacional crítica, bem como no processo de consolidação do serviço social na política educacional superior na UFF.

Em 2011, a partir da criação da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) em 2010, houve a necessidade de requisição institucional de novos profissionais de serviço social com o objetivo de desenvolver ações voltadas para a permanência de estudantes dos cursos de graduação presencial da universidade, historicamente alijados do sistema educacional superior.

Dessa forma, vimos que a constituição do trabalho dos assistentes sociais na política de educação superior na UFF teve início a partir de 2008 na ESS, ano de implementação do REUNI, e foi expandido em 2011 a partir da criação da PROAES. Esses dados revelam que a conjuntura daquele período

⁹ A UFF em Niterói possui quarenta e quatro assistentes sociais distribuídos: **a)** Hospital Universitário Antônio Pedro há assistentes sociais desde 1951 e atualmente são treze profissionais concursadas, quatro contratadas, e há expectativa de chegada mais duas assistentes sociais contratadas; **b)** Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, uma assistente social concursada atua em projetos de extensão desde 2009; **c)** Pró Reitoria de Gestão de Pessoas, implementada a partir de 2011, possui dez assistentes sociais concursados; **d)** Escola de Serviço Social há quatro assistentes sociais concursadas cujas lotações ocorreram em 2003, 2006 e 2009; **e)** Pró Reitoria de Assuntos Estudantis foram alocadas, a partir de 2011, nove assistentes sociais concursadas e atualmente são doze.

¹⁰ Segundo Coimbra (2018), trata-se do projeto Parcerias estabelecido entre o então Departamento de Assistência Social da UFF (DAS) e a ESS/UFF em Niterói (1999) para atender algumas demandas da Coordenação de Estágio (avaliação dos campos de estágio dos estudantes da ESS/UFF através de reuniões com os supervisores de campo e acadêmicos e realização de visitas institucionais). O DAS era responsável pela execução de ações relacionadas ao bem-estar dos servidores e seus dependentes e estudantes. Em 2001, esse departamento passa a ser denominado Departamento de Assuntos Comunitários (DAC) tendo sido descaracterizado e substituído no final de 2010 pela PROAES a partir da adoção do REUNI pela UFF.

determinou o reconhecimento da UFF da necessidade de atuação de assistentes sociais na política educacional, conforme edital de concurso 2013.

Atualmente (2018), a organização do serviço social na política de educação superior na UFF em Niterói permanece restrita à Escola de Serviço Social e à Pró Reitoria de Assuntos Estudantis. No primeiro espaço profissional, duas assistentes sociais atuam na Coordenação de Estágio e no segundo, temos: uma assistente social na Coordenação de Apoio Social, sete na Divisão de Programas Sociais, duas na Divisão de Serviço Social, e uma na Divisão de Acessibilidade¹¹.

3.2 – O perfil dos assistentes sociais que atuam na política de educação superior na UFF

O segundo aspecto a ser abordado refere-se ao perfil dos assistentes sociais pesquisados da Coordenação de Estágio da ESS e da PROAES como mais um elemento para reflexão acerca do trabalho desses profissionais.

Constatamos que 13 assistentes sociais atuam na política de educação superior na UFF em Niterói, destes, 6 profissionais aceitaram participar da pesquisa, 2 não responderam ao questionário, 2 estavam de licença durante a aplicação do questionário, 2 são autoras desse artigo e optaram por não participar da pesquisa e 1 encontrava-se em atividade externa.

A pesquisa revelou que em relação ao sexo, constatamos que dos 6 assistentes sociais pesquisados, apenas 1 assistente social é do sexo masculino. Quanto ao gênero, todos declararam ter identificação com o sexo biológico (cisgênero) e ser heterossexual. Referente à cor/etnia, 3 se declararam pardos, 2 se identificaram brancos e 1 se declarou preto. Em

¹¹ Das quatro assistentes sociais lotadas na ESS, duas atuam em projetos de extensão distintos desenvolvidos com idosos e na Creche UFF. E na PROAES, do total de doze assistentes sociais, uma atua na atenção à saúde, conforme previsto no Programa de Assistência Estudantil, portanto não consideramos trabalho profissional inserido na política de educação superior.

relação à faixa etária, 4 se enquadram na faixa de 31 a 45 anos e 2 na faixa de 18 a 30.

Quando consideramos o tempo de conclusão do curso de serviço social e o tempo de atuação profissional, observa-se que: 1 se formou em 2006 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e desde 2007 atua como assistente social; 1 se formou em 2004 pela Universidade Federal Fluminense e desde 2008 atua como assistente social; 1 também formada pela Universidade Federal Fluminense em 2011 e em 2012 ingressou no mercado de trabalho como assistente social; 1 se formou pela Universidade Federal Fluminense em 2011 e desde então atua como assistente social; 1 se formou pela Universidade Federal Fluminense em 2011 e desde 2013 passou a atuar como assistente social; 1 se formou em 2009 pela Faculdade Redentor e ingressou no mercado de trabalho como assistente social em 2017.

O tempo de atuação profissional e o tempo de experiência na UFF variam: 1 possui onze anos de atuação e destes, três anos e dez meses na PROAES; 1 informou dez anos de atuação profissional e destes, seis anos e quatro meses na PROAES e dois anos e oito meses na Coordenação de Estágio/ESS; 1 identificou seis anos de atuação profissional e destes, dois anos e meio na PROAES; 1 afirma estar seis anos atuando e destes, sete meses na PROAES; 1 afirma ter cinco anos de atuação e destes, oito meses na PROAES; e, finalmente, 1 possui oito meses atuando na PROAES, sendo a primeira experiência profissional.

No que concerne à capacitação profissional, nota-se que dos 6 sujeitos pesquisados, 3 possuem especialização *lato sensu*; 1 é mestranda; 1 possui mestrado e participou de curso de extensão em 2008; e 1 é doutora, participou de curso de extensão em 2017 e participa de grupo de pesquisa sobre ações afirmativas e ensino superior.

No campo religioso e político, 2 assistentes sociais afirmaram ser protestantes, 1 identificou-se católica, 1 umbandista, 1 não informou religião e 1 declarou-se sem religião. Quanto aos vínculos políticos, os resultados se invertem: nenhum dos assistentes sociais pesquisados participa de debate e/ou movimento social e/ou organização (sindical, de entidades representativas da

profissão de serviço social, de assistentes sociais da UFF ou de outra categoria profissional, e outros).

Com base nos dados, nota-se que há predominância do sexo feminino, aspecto que acompanha a profissão desde sua origem. Consideramos ainda as diferentes gerações, o tempo de formação e o tempo de atuação profissional, elementos favorecedores para a troca de experiências entre os profissionais.

Outro dado importante refere-se ao curto tempo de atuação de alguns assistentes sociais nos respectivos espaços profissionais que possibilita a esses profissionais contribuir com a elaboração de novas propostas de ação a partir da observação das atribuições e competências do serviço social já definidas nesses espaços.

Também identificamos nos últimos dez anos (2008-2018), o acréscimo de contingente de assistentes sociais na UFF concomitante ao processo de reestruturação dessa universidade a partir da implementação do REUNI e o ingresso de camadas empobrecidas, conforme já exposto.

Constata-se ainda a baixa participação de assistentes sociais na realização de estudos e pesquisas, apesar da dimensão investigativa nos espaços profissionais se apresentar como indissociável do exercício profissional. O assistente social para intervir necessita de conhecimento sobre a realidade a partir de uma análise teórico-crítica.

E por último, observamos que os assistentes sociais não frequentam espaços de debate, apesar de ser nesses espaços políticos e de problematização do cotidiano profissional que os assistentes sociais potencializam suas ações.

4 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL – UFF/NITERÓI

Os assistentes sociais pesquisados apresentaram limites e possibilidades para o exercício profissional a partir das suas realidades cotidianas nos espaços profissionais. Vejamos o quadro a seguir.

Setor	Ações	Limites	Possibilidades
Coordenação de Estágio – Escola de Serviço Social em Niterói	Atendimento a estudantes, supervisores de campo e acadêmicos de estágio, redação de relatórios e pareceres sociais, participação em reuniões e eventos, visitas institucionais para abertura ou não de campo de estágio e supervisão de estágio.	Relativa autonomia em alguns processos e decisões, chefia colegiada, rotina e burocracia em alguns processos que os emperram e limitam avanços profissionais.	Atualmente, a parceria estabelecida com estagiários.
Divisão de Programas Sociais – PROAES	Análise socioeconômica para concessão de bolsas, bem como auxílios para moradia e alimentação.	Recursos materiais insuficientes, espaço físico inadequado para atendimento, equipe reduzida, e correlação de forças.	Não indicou.
Divisão de Programas Sociais – PROAES	Análise socioeconômica para acesso aos programas da assistência estudantil, acompanhamento	Condições precárias de trabalho; equipe reduzida em relação à expressiva demanda.	Implementação de projetos/programas, realização de pesquisas sobre usuários atendidos, participação do movimento estudantil nas ações de assistência

	dos alunos bolsistas.		estudantil.
Divisão de Programas Sociais - PROAES	Análise socioeconômica de estudantes e atividades inerentes a essa ação (resposta de processos, participação em reuniões, etc.)	Equipe reduzida, ausência de espaço físico que assegure a privacidade do usuário e de espaço adequado para arquivo de material sigiloso, sistema de informação limitado, falta de articulação da equipe da DPS com demais equipes da própria PROAES, com outros setores da UFF e da UFF com a rede intersetorial local.	Atuar na perspectiva de contribuir para o fortalecimento da autonomia das/os estudantes da UFF.
Divisão de Programas Sociais - PROAES	Elaboração de editais para os programas de bolsas e auxílios da assistência estudantil, análise socioeconômica, acompanhamento e monitoramento dos alunos contemplados.	Institucionalização da assistência estudantil enquanto programa e não política, escassez de recursos materiais e humanos (este último, a má distribuição).	Elaboração e implantação de ações que auxiliem a manutenção do aluno na universidade (e seu aproveitamento na mesma) bem como para garantir acesso a demais direitos.
Divisão de Serviço Social - PROAES	Acolhimento; socialização de informações; encaminhamentos; análise socioeconômica; plantão social; visita	Institucionais.	Melhora dos serviços prestados, apreensão dos aparatos legais que legitimam o agir profissional, novas propostas de ação a partir de experiência do

	domiciliar.		cotidiano profissional.
--	-------------	--	-------------------------

Quadro 1 - Experiências do serviço social e considerações sobre o trabalho na área da educação superior.

A pesquisa revelou que parte dos desafios na Coordenação de Estágio da ESS vai ao encontro de uma avaliação mais ampla do serviço social na UFF com atuação burocrática, rotineira, enrijecida em processos relativos ao trabalho historicamente construídos, mas que necessitam ser avaliados.

Os assistentes sociais que atuam na PROAES apontam para a necessidade da melhoria das condições de trabalho, apesar de alguns assistentes sociais reconhecerem maior precarização em outras esferas governamentais (municipal e estadual). Sinalizam ainda a insuficiência de recursos materiais e sistema de informação precário.

A falta de espaço físico para atendimento individual e para guarda de material sigiloso são particularidades dos profissionais que atuam na PROAES. A Divisão de Programas Sociais e a Divisão de Serviço Social dividem o mesmo espaço físico. A sala da Coordenação de Apoio Social, bem como a sala da Divisão de Acessibilidade são ocupadas por profissionais de outros cargos. E o único espaço disponível para realização de atendimento individual para além de descaracterizado para essa finalidade, também é utilizado por profissionais de outras áreas. Outro limite refere-se à falta de espaço físico para realização de atividades em grupo.

Outro desafio diz respeito à necessidade de ampliação do número de assistentes sociais na PROAES. Os assistentes sociais relataram que o número reduzido de profissionais frente à demanda que se apresenta, desdobra-se na intensificação do trabalho, na jornada de trabalho ampliada e no acúmulo de funções, dificultando o planejamento e a realização de ações mediatas, de avaliação e de sistematização do trabalho. No entanto, uma melhor distribuição dos profissionais nas seções da PROAES apareceu como um meio de superação desse déficit.

Outro limite diz respeito à falta de articulação com os demais profissionais da própria PROAES e de outros espaços da UFF, bem como da UFF com a rede externa com o objetivo de integralidade das ações. No tocante à falta de

articulação entre os assistentes sociais de outros espaços profissionais da UFF, apareceu como desafiador a dificuldade de relacionamento com os colegas de profissão, a ausência de debates coletivo e sistemáticos. Avaliaram um serviço social isolado, fragmentado e desprovido de um projeto profissional único para além das especificidades de cada setor.

Em relação às possibilidades, no setor da Coordenação de Estágio da ESS, o estágio supervisionado ganhou destaque como meio de troca, de provocação de capacitação continuada do profissional e de divulgação do trabalho desenvolvido junto à universidade. Vale ressaltar nessa pesquisa que apenas um dos assistentes sociais pesquisados dá supervisão de estágio em serviço social.

Os assistentes sociais que atuam na PROAES veem como possibilidades no cotidiano profissional, a implementação de projetos/programas, a investigação através de realização de pesquisas sobre os usuários atendidos, a criação de espaços de discussão coletiva e a apreensão dos aparatos legais que legitimam o trabalho profissional.

Com base nessa pesquisa, pudemos observar que em relação aos desafios, não houve menção aos limites estruturais, indissociáveis do trabalho do assistente social. É indispensável a apreensão por parte dos assistentes sociais da sua inserção na dinâmica dos processos econômicos, políticos, culturais e sociais que transversalizam a política educacional brasileira.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que são descritos os limites institucionais, alguns dos assistentes sociais pesquisados também reconhecem os encaminhamentos a serem feitos na defesa de respostas qualificadas às demandas e a superação da mera execução de ações determinada ora pela relativa autonomia ora, no caso da PROAES, por critérios e metodologia de seleção atrelada ao Programa de Assistência Estudantil que definiu a forma do assistente social operacionalizar as ações na política de educação superior na UFF.

No que concerne às possibilidades, identificamos alguns registros com base apenas em perspectivas que dimensionam ações mediatas e qualificadas, mas ausentes de relatos concretos sobre ações estratégicas, bem como nenhuma

ou poucas indicações de possibilidades por parte de alguns assistentes sociais pesquisados. Entretanto, observamos que outros profissionais vislumbram ações estratégicas em defesa de uma educação de qualidade.

Particularmente no caso da PROAES, as ações estratégicas apresentadas contribuem para a consolidação do serviço social na política de educação superior na UFF, visto que o trabalho realizado pelos assistentes sociais que atuam na PROAES está atrelado em grande parte à assistência estudantil, apoiado na lógica da política de assistência social, expresso em procedimentos de seleção por meio de análise socioeconômica.

As realidades dos espaços profissionais apresentadas nessa pesquisa – independentemente das diferentes condições que o trabalho do assistente social se materializa – são indicativas de que a experiência do serviço social na política de educação na UFF em Niterói está em construção.

5 – CONCLUSÃO

O trabalho do assistente social na política de educação superior brasileira implica apreender as contradições a ela inerentes e defender uma formação ídeo-cultural convergente a direção social da profissão.

Para tanto, outras possibilidades devem ser consideradas para além das mencionadas pelos sujeitos pesquisados e que contribuem para superação do conjunto de elementos identificados nesse artigo, através dos aspectos e limites do trabalho profissional, que interferem no exercício profissional: **a)** participação indireta e direta na elaboração de documentos (legislação e diretrizes); **b)** capacitação profissional permanente; **c)** assessoria; **d)** reuniões sistemáticas; **e)** planejamento; **f)** organização política; **g)** atividade relacionada ao ensino.

Em relação à elaboração de documentos, consideramos a relevância da participação de assistentes sociais, por meio das entidades representativas da profissão, na luta pela criação de Lei federal que vincule o assistente social enquanto parte da política de educação superior, bem como a construção

coletiva de documento institucional com o objetivo de orientar as ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais da UFF a partir de referências teóricas e sustentado na dimensão ético-política da profissão.

A qualificação profissional deve ser permanente, pois propicia a unidade teórico-crítica, ético-política e técnico-operativa.

A assessoria como atividade fundamental dado o processo de consolidação do serviço social da UFF na política de educação superior.

As reuniões sistemáticas contribuem para avaliação do trabalho e prospecção de novas ações, bem como para superação de entraves internos e externos.

Em relação ao planejamento, a posição de sujeito da ação profissional assumida através do ato de planejar, possibilita ao assistente social a negociação para captação de recursos humanos e materiais, meios que viabilizem a garantia das condições éticas e técnicas para a realização das atividades, inclusive aquelas para além das institucionalizadas, como estudos, pesquisas, atividades em grupo através de oficinas, de rodas de conversa, isto é, atividades favorecedoras da troca, do desenvolvimento de potencialidades, da discussão coletiva.

A atividade política em conjunto com os movimentos sociais, estudantil e/ou organizações comprometidos com a defesa de uma educação emancipatória.

E por último, também há possibilidades de avançar em ações ligadas ao ensino que envolvam discussões sobre a função social da educação a partir de reflexões sobre o tipo de oferta educacional – funcional ao capital ou de emancipação humana – materializada nas grades curriculares, no processo de ensino-aprendizagem, entre outras e que devem ser pautadas pelo assistente social que atua na política de educação superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira**. Resumos Técnicos 2002- 2014. Disponível em <http://www.inep.gov.br> Acesso em maio de 2018.

COIMBRA, L. Da Especificidade da Intervenção Profissional do Assistente Social no Estágio: uma reflexão a partir da Coordenação de Estágio na ESS/UFF em Niterói. **Revista Trabalho Social** – Estudos sobre prática e exercício profissional dos assistentes sociais, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, n. 2, 2018.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. Educar o Trabalhador Cidadão Produtivo ou o Ser Humano Emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, n. 1, p. 55-70, 2003.

_____. Política Educacional e Questão Social. Serviço Social e Educação. **Revista Em Foco**, n. 3, jul, 2005.

LIMA, K. R. de S. Expansão da Educação Superior Brasileira na Primeira Década do Novo Século. In: PEREIRA, L.D. e ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 1-26.

LIMA, K. R. de S. **A educação superior no plano nacional de educação 2011 – 2020**. Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 625-656, mai/jun. 2012.

NOSELLA, P. A Escola Brasileira no Final de Século: Um Balanço. In: FRIGOTTO, G. (Org). **Educação e Crise do Trabalho**: Perspectivas de final de século. Ed Vozes. p. 166-188.

PEREIRA, L. D., SOUZA, A.C.V. FERREIRA, A. T. S. Ensino superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. In: MOTTA, V. C.; PEREIRA, L. D.; (Orgs). **Educação e Serviço Social**: Subsídios para uma análise crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 187-210.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Editais de Concurso nº 77/2008, nº 156/2010, nº 218/2013.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. <http://www.uff.br/?q=tags/pnaes> Acesso em junho de 2018.